



ATA DE SESSÃO PÚBLICA

Proc. Licitatório nº 188/2022

Pregão Presencial nº 13/2022

Sessão: Pública

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização e execução de concurso público de provas objetivas e práticas e de provas e títulos a ser promovido para a Prefeitura de Bofete/SP, destinado ao provimento de vagas para diversos cargos públicos que compõem o seu quadro permanente.

Na data de 12 de agosto de 2022 às 08h40min, reuniram-se para a Sessão Pública de julgamento do Pregão em epígrafe, na Sala de Compras e Licitações, no Paço Municipal na cidade de Bofete, Estado de São Paulo:

A Pregoeira nomeada pela Portaria 3.915/2022 apresentada abaixo, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços (envelope 1) e os documentos de habilitação (envelope 2) do presente pregão.

ANA CAROLINA BARROS MARQUES – PREGOEIRA

BRUNA LETÍCIA PINTO - ASSISTENTE

CRENCIAMENTO

Declarada aberta a sessão pela Sr^a. Pregoeira e, constatando a presença de interessados à sessão, teve início o credenciamento dos participantes, consistindo no exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando à comprovação da existência de poderes para a formulação de propostas e a prática dos demais atos de atribuição dos licitantes, conforme lista de credenciados abaixo:

PROPONENTE/ REPRESENTANTE

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00



REPRESENTANTE: Luiz Felipe Carmello Guimarães - RG: 49.690.765-7

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

REPRESENTANTE: Otávio de Camargo- RG: 47.938.606-7

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-89

REPRESENTANTE: Alessandra Prates dos Santos- RG: 52.019.498-6

Encerrado o prazo para apresentação dos envelopes (1) e (2), juntamente com a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e o Termo de Credenciamento, a Pregoeira esclareceu aos presentes as normas desta modalidade de licitação, seus aspectos legais e os procedimentos a serem desenvolvidos durante o decorrer da Sessão. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços para os itens.

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA ESCRITA

Ato contínuo foram abertos os envelopes contendo as Propostas, a Pregoeira procedeu à análise das propostas escritas, quando foi verificado se cada proposta atendia aos requisitos do edital, passou então ao exame da compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento. Constatada a regularidade das propostas, passou a selecionar os licitantes que participarão da etapa de lances em razão dos preços propostos, conforme lista de classificação da proposta escrita apresentada a seguir:

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Proposta: R\$ 82.000,00

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 17.960.258/0001-32

Proposta: R\$ 26.770,00

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS - CNPJ: 18.110.285/0001-



Proposta: R\$62.000,00

RODADA DE NEGOCIAÇÃO

Em seguida a Pregoeira convidou o autor das propostas selecionadas a negociar os valores dos itens ofertados, sem conseguir diminuição dos valores – considerados compatíveis com os preços praticados no mercado, restando o seguinte quadro final acordado entre as partes:

RODADA 01

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

Lance: R\$ 26.770,00.

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Lance: R\$ 26.500,00.

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-

89

Lance: R\$ 25.175,00.

RODADA 02

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

Lance: R\$ 24.800,00.

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Lance: R\$ 24.000,00.

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-

89



Lance: R\$ 22.800,00.

RODADA 03

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

Lance: R\$ 22.000,00.

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Lance: DECLINOU.

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-89

Lance: R\$ 20.900,00.

RODADA 04

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

Lance: R\$ 20.000,00.

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-89

Lance: R\$ 19.000,00.

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Lance: DECLINOU.

RODADA 05

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

Lance: R\$ 18.000,00.



INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-89

Lance: R\$ 17.100,00.

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Lance: DECLINOU.

RODADA 06

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

Lance: R\$ 17.000,00.

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-89

Lance: R\$ 15.000,00.

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Lance: DECLINOU.

RODADA 07

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

Lance: DECLINOU.

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Lance: DECLINOU.

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-89



Lance: R\$ 15.000,00.

SITUAÇÃO DOS ITENS

Declarada encerrada a etapa de lances, LC 123 / 2006 e Negociação. As ofertas foram classificadas, conforme lista de situação dos itens:

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-89

Lance: R\$ 15.000,00.

HABILITAÇÃO

Aberto o 2º Envelope do Licitante que apresentou a melhor proposta e analisados os documentos de habilitação, foi verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no item 9 do Edital, o que consta na lista:

1- DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, demonstrando o ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, demonstrando o ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação;
- c) No caso de alterações contratuais ou estatutárias não será necessária a apresentação de todas as alterações, desde que através daquelas apresentadas se possa ter uma visão completa e atual da situação jurídica da licitante, como também poderá ser apresentado o instrumento consolidado;
- d) Caso os documentos dos itens acima indicados já tenham sido apresentados e entregues por ocasião do credenciamento, o licitante ficará dispensado de apresentá-los no envelope de habilitação.



2- PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de Falência e Concordata (Recuperação Judicial e extrajudicial), expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, expedida com data não superior a 60 (sessenta) dias que antecederem a abertura das propostas.
- b) Caso a licitante apresente a Certidão Positiva de concessão de Recuperação Judicial, será necessária a apresentação do Plano de Recuperação Judicial, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira;
- c) Nos termos do verbete de súmula nº 50, do E. TCE/SP, a licitante que estiver com Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente não se exime de apresentar os demais documentos de habilitação econômico-financeiro previstos neste edital.

3- PARA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), dentro do prazo de validade;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e Municipal do domicílio ou sede da licitante, dentro do prazo de validade;
- d) A prova de regularidade com a Fazenda Federal deverá ser feita mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- e) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá ser feita mediante a apresentação da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (Mobiliários) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
- f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal - CRF, dentro do prazo de validade;
- g) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, (Lei 12.440/2011 de 07/07/2011), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A, acrescido à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de



maio de 1943 – (NR) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, dentro do prazo de validade.

h) A comprovação de regularidade fiscal das Microempresa ou Empresa de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação;

i) As Microempresa ou Empresa de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

j) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado para ME e EPP o prazo de cinco dias úteis, a contar da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

k) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº. 10.520/02.

l) Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo Anexo II.

m) Declaração da empresa que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, nos termos disposto no § 2º, do artigo 32, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo no Anexo VII.

4- PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A empresa licitante deverá juntar atestados de desempenho anterior que comprovem a prestação dos serviços licitados, sem prejuízo de prazo de validade, compatível com o objeto GLOBAL da licitação, conforme a parte



primeira do inciso II do artigo 30 da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e de acordo com as seguintes parcelas de maior relevância:

- 1) Realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo com, no mínimo, 10 (dez) cargos homologados;
 - 2) Realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo com, no mínimo, 700 (setecentos) inscritos;
 - 3) Comprovação de ter realizado Concurso Público e/ou processo seletivo cuja seleção contemple provas dos tipos objetiva e prática.
- b) A autenticidade do atestado poderá ser pivô de diligência para sua respectiva averiguação, sob as possíveis penas do crime de falsidade ideológica e fraude.
- c) Declaração formal que a empresa possui disponibilidade de pessoal e material para o fornecimento proposto neste edital, nos termos disposto no § 6º, do artigo 30, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme modelo no Anexo X.
- d) Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Administração (CRA);
- e) Declaração de que, caso vencedora, empregará na execução dos serviços, profissionais devidamente habilitados, em número suficiente para atendimento ao objeto do edital.
- f) Relação da equipe que se responsabilizará pelos trabalhos, acompanhada da qualificação de cada um, com curriculum, sendo, no mínimo, composta por:
- 1) A equipe técnica deverá ser composta, de, no mínimo:
 - 01 Gestor do Contrato
 - 01 Coordenador Geral
 - 01 Consultor de TI
 - 2) Equipe responsável pela elaboração das provas:
 - 01 Professor/Especialista em Português
 - 01 Professor / Especialista em Matemática
 - 01 Professor/Especialista de Conhecimentos Gerais
 - 01 Advogado



g) Comprovação de que, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos integrantes da equipe responsável pela elaboração das provas (item “b” da cláusula 9.1.4.6.), tenha pós-graduação em nível de especialização e/ou mestrado e/ou doutorado, mediante apresentação de cópias autenticadas dos diplomas/certificados de nível superior e de pós-graduação em qualquer área, devidamente registrados no Ministério da Educação.

5 - DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES À DOCUMENTAÇÃO:

- a) A documentação exigida poderá ser apresentada na via original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou pela Comissão de Licitações, mediante apresentação do original ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- b) Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste edital, devem ter sido expedidos no máximo até 60 (sessenta) dias anteriores a abertura da proposta.
- c) Em todas as hipóteses referidas nos itens retro indicados, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

ADJUDICAÇÃO

À vista da habilitação, foi declarado vencedor e não tendo havido qualquer manifestação de intenção de recurso pelos representantes presentes, a Sr^a. Pregoeira adjudicou os itens do pregão às empresas:

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDES - CNPJ: 18.110.285/0001-89- REPRESENTANTE: ALESSANDRA PRATES DOS SANTOS - RG: 52.019.498-6.

Em seguida, informou que o processo será encaminhado a autoridade superior para homologação. Por fim, informou que os envelopes documentos de habilitação das licitantes não declaradas vencedoras de nenhum item, ficarão em poder do Depto. de Licitação, Contratos e Aditivos e serão disponibilizados após a assinatura do instrumento contratual.



RESSALVAS DA PREGOEIRA

Não há ressalvas

RECURSO

Tendo em vista que nenhum dos representantes dos licitantes presentes manifestou sua vontade de recorrer quanto ao resultado do certame, foi-lhes informado que decaiu, naquele momento, do direito de recorrer.

A Pregoeira disponibilizou todos os documentos apresentados pelos participantes para livre exame e rubrica, sendo que os representantes tiveram interesse em verificá-los.

ENCERRAMENTO

Ato contínuo, o Sra. Pregoeira declarou como encerrada a sessão, lavrando-se esta Ata dos Trabalhos, que vai por ele assinada, juntamente com o membro de sua Equipe de Apoio, e ainda pelos representantes das empresas.

OCORRÊNCIAS

Não há ocorrências.



ASSINAM

Portarias 3.915/2022:

Documento assinado digitalmente
 ANA CAROLINA BARROS MARQUES
Data: 15/08/2022 08:55:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

ANA CAROLINA BARROS MARQUES – PREGOEIRA

Proponentes:

OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA-ME - CNPJ: 20.311.290/0001-00

Luiz Felipe Carmello Guimarães - RG: 49.690.765-7

CONSALTER E CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 17.960.258/0001-32

Otavio de Camargo- RG: 47.938.606-7

IUDS INSTITUTO UNIVERSAL
DE DESENVOLVIMENTO
SOCIA:18110285000189

Assinado de forma digital por IUDS
INSTITUTO UNIVERSAL DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIA:18110285000189
Dados: 2022.08.15 11:42:24 -03'00'

INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IUDS- CNPJ: 18.110.285/0001-89

Alessandra Prates dos Santos- RG: 52.019.498-6